ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ERECHIM

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Erechim
PROTOCOLO
Recebido em: 20/06/2008
Horas: 9:00
Secretaria Geral

REQUERIMENTO Nº 145 -2008

Câmara Municipal de Erechim
APROVADO
Sessão: 23/06/2008
Presidente

EXMO. SR.
VEREADOR ANACLETO ZANELLA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

SENHOR PRESIDENTE:

Os Vereadores da Bancada o Partido dos Trabalhadores, abaixo assinados, após tramitação legal, amparados na Lei Orgânica e no Regimento Interno desta Casa Legislativa requerem junto a Mesa Diretora a realização de **Audiência Pública sobre a questão da Segurança no Município.**

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade atender as demandas da população que sofre as conseqüências da crescente criminalidade em Erechim.

Segundo informações da Secretaria Estadual de Segurança, nos primeiros cinco meses do ano, Erechim teve 704 furtos, em média são 4,6 por dia. Além disso, aumentam os casos de jovens que se envolvem no caminho do crime e das drogas nos mais diferentes níveis. Diante destes fatos e muitos outros que não são contabilizados, percebemos que o aumento da criminalidade se dá de forma lenta, mas gradual, trazendo progressiva insegurança entre todos os cidadãos do município. Por outro lado, percebe-se poucas iniciativas e as que existem são insuficientes. Portanto, são poucos os programas e as políticas públicas existentes na área e os que existem não são capazes de intervir nas causas da violência e dos crimes.

Um dos fatores a serem analisados é a omissão histórica dos municípios na questão da segurança pública. Sempre se pensou que segurança pública é obrigação do Estado. Isto se deve a uma interpretação equivocada do artigo 144 da Constituição Federal que diz "***A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...***", ou seja, os crimes são fenômenos sociais locais, ocorrendo em maior ou menor escala em determinadas áreas dos municípios. Isto não quer dizer que não devemos cobrar ações e recursos cada vez maiores das esferas públicas estaduais e federal na área de segurança. O que estamos afirmando é a necessidade de termos ações efetivas, também, em nível local.

Dessa forma, entendemos que as políticas de segurança pública precisam ser construídas no local, com envolvimento de atores sociais e órgãos públicos, buscando o combate das causas e não apenas atacando as conseqüências. O debate torna possível um diagnóstico melhor definido da origem da criminalidade e, a partir daí, pode-se traçar ações intersetoriais para diminuir a insegurança da população.

Nestes Termos
Pedem Deferimento.

Erechim, 19 de junho de 2008.

PAULO ALFREDO POLIS
Vereador da Bancada do PT

ANACLETO ZANELLA
Vereador da Bancada PT